

2ª Edição – 2018

EXAME



C N P C



Perito Contábil

NOME:

N.º DE INSCRIÇÃO:



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

**EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO
NO CADASTRO NACIONAL DE PERITOS CONTÁBEIS (CNPC)
DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)
Edital CFC/CAE PERITO 1/2018**

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões do Exame de Qualificação Técnica para Peritos Contábeis (EQTPC).

Use como rascunho as páginas disponíveis ao final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento das Folhas de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma opção em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais opções.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 15 (quinze) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas, não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.) e deverão ser redigidas com letra legível.

As Folhas de Respostas não deverão ser dobradas, amassadas ou rasuradas.

De acordo com o item 3.9.1, em hipótese alguma, haverá substituição das Folhas de Respostas Objetivas e Dissertativas por erro do(a) candidato(a).

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada nas Folhas de Respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO(A) CANDIDATO(A) DA SALA DE PROVA
SOMENTE APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

DURAÇÃO DESTA PROVA: QUATRO HORAS



ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de até 4 (quatro) opções, e 2 (duas) questões dissertativas.

Se houver algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.



QUESTÕES OBJETIVAS

1. O contador A foi nomeado para o encargo de perito do juízo no processo de apuração de haveres do grupo econômico X, que emprega 500 funcionários no pequeno município Z. O grupo econômico X é responsável por 80% da arrecadação tributária do município. Toda a população do município Z está preocupada com o desdobramento do processo judicial, já que existe uma possibilidade grande de cisão de uma das empresas cujo parque fabril pode ser transferido para a cidade Y. Existe uma grande expectativa sobre a decisão judicial, que será fundamentada nas conclusões do laudo pericial contábil a ser elaborado pelo contador A. Acerca dos deveres do perito contador estabelecidos no Código de Ética Profissional do Contador, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.
- I. O perito contábil deve manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão.
 - II. O perito contábil deve exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, com prejuízo da dignidade e independência profissionais.
 - III. O perito contábil deve zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo.
 - IV. O perito contábil deve guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvados os casos previstos em lei ou quando solicitado por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade.
 - V. O perito contábil deve inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso.

Estão **CORRETOS** apenas os itens

- a) II, III, IV e V.
- b) I, III e V.
- c) I, III, IV e V.
- d) I, II e III.

2. No curso de perícia contábil determinada pelo juízo da 13ª Vara da Fazenda Pública, o perito protocolou laudo pericial no prazo derradeiro, mesmo após prorrogação sucessiva concedida pelo juiz. Na condição de assistente técnico, você constatou que o laudo elaborado pelo perito do juízo consistia em cópia de parecer pericial protocolado em outro processo por um renomado perito contábil de outra jurisdição, sem fazer as devidas citações. A análise do laudo revelou ainda que o perito do juízo realizou apenas a substituição dos valores tendo, inclusive, os mesmos equívocos gramaticais do parecer original. Considerando o Código de Ética Profissional do Contador, assinale a opção **CORRETA**.
- a) O perito do juízo incorreu em falta ética ao descumprir o preceituado como dever do profissional da contabilidade de jamais apropriar-se de trabalhos, iniciativas ou de soluções encontradas por colegas, que deles não tenha participado, apresentando-os como próprios.
 - b) O assistente técnico não deve mencionar o fato no seu parecer, sob pena de expor o perito a situação vexatória.
 - c) O assistente técnico não pode comunicar o fato ao Conselho Regional de Contabilidade da jurisdição com a finalidade de aplicar o apenamento ético-disciplinar.
 - d) O assistente técnico deve abster-se de fazer referências do fato, pois são prejudiciais e desabonadoras à conduta do perito do juízo.
3. Na condição de perito do juízo nomeado em processo trabalhista, seu laudo foi contraditado por pareceres periciais contábeis apresentados pelos assistentes técnicos das partes. Em seus pareceres, os assistentes técnicos utilizaram expressões como: incompetente; despreparado; leigo; dotado de pouca qualificação, entre outros. Considerando a situação relatada, à luz do Código de Ética Profissional do Contador, assinale a opção **INCORRETA**.
- a) O perito do juízo poderá requerer desagravo público ao Conselho Regional de Contabilidade, considerando que foi atingido, pública e injustamente, no exercício de sua profissão.
 - b) O comportamento dos assistentes técnicos se constitui em falta ética, considerando que a discordância de teses não justifica tal tratamento entre profissionais.
 - c) Os assistentes técnicos, diante da flagrante incapacidade do perito do juízo, agiram corretamente e deveriam ter feito a denúncia também ao Conselho Regional de Contabilidade correspondente.
 - d) Caso seja instaurado processo ético, podem os assistentes técnicos receber punições que vão desde a advertência até a censura pública.

4. Em relação ao Código de Ética Profissional do Contador, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. A transgressão aos preceitos do Código de Ética Profissional do Contador será julgada, originariamente, pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- II. O perito deve mencionar, obrigatoriamente, fatos que conheça e que não repute em condições de exercer efeito sobre os documentos justificativos objeto de seu laudo, ressalvada a exigência de competência profissional.
- III. Na aplicação dos diversos tipos de sanções éticas, a ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional poderá ser considerada com um agravante.
- IV. Cumprir os Programas Obrigatórios de Educação Continuada estabelecidos pelo CFC.

Está(ão) **CORRETOS(S)** apenas o(s) item(ns)

- a) I.
- b) IV.
- c) III.
- d) III e IV.

5. Um contador, atuando na função de perito do juízo, iniciou os seus trabalhos e identificou ausência de documentos imprescindíveis para o desenvolvimento da prova pericial. Contudo, resolveu elaborar o Laudo Pericial somente com os documentos existentes. Analise as opções abaixo e, em seguida, assinale a atitude CORRETA, considerando o que dispõe o Código de Ética Profissional do Contador.

- a) O contador deve elaborar o Laudo Pericial limitado às informações e documentos coligidos aos autos.
- b) O contador deve elaborar o Laudo Pericial sem estar devidamente munido de documentos.
- c) O contador deve elaborar o Laudo Pericial somente com os documentos coligidos aos autos, ressalvada a autonomia pericial.
- d) Abster-se de dar parecer ou emitir opinião sem estar suficientemente informado e munido de documentos.

6. O Novo Código de Processo Civil exige a ética processual ao determinar a todos que participam do processo o dever de comportar-se de acordo com a lealdade e boa fé, cooperação mútua, urbanidade, transparência, entre outros. É exigido do perito do juízo o dever de informar o local e a data de início da produção da prova, quando não definido pelo juiz, bem como permitir o acesso aos autos do processo e informar aos assistentes técnicos sobre a realização de diligências com antecedência mínima de cinco dias. A NBC TP 01 – Perícia Contábil estabelece formalidades e procedimentos, nos itens 29, 42, 48 e 50, que podem ser adotados durante a realização dos exames periciais. Sobre este ponto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.
- I. O laudo e o parecer são, respectivamente, orientados e conduzidos pelo perito do juízo e pelo perito-assistente, que adotarão padrão próprio, respeitada a estrutura prevista nesta Norma, devendo ser redigidos de forma circunstanciada, clara, objetiva, sequencial e lógica.
 - II. O perito-assistente pode entregar cópia do seu parecer, planilhas e documentos ao perito do juízo antes do término da perícia, expondo as suas convicções, fundamentações legais, doutrinárias, técnicas e científicas sem que isto implique indução do perito do juízo a erro, por tratar-se da livre e necessária manifestação científica sobre os pontos controvertidos.
 - III. O laudo pericial contábil e o parecer técnico contábil são documentos escritos, nos quais os peritos devem registrar todos os fatos, não sendo necessário particularizar os aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova imprescindíveis para a conclusão do seu trabalho.
 - IV. O termo de diligência serve também para determinar o local, a data e a hora do início da perícia, e ainda para a execução de outros trabalhos que tenham sido a ele determinados ou solicitados por quem de direito, desde que tenham a finalidade de orientar ou colaborar nas decisões, judiciais ou extrajudiciais.

Estão **CORRETOS** apenas os itens

- a) II, III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I, II e III.
- d) I e II.

7. **O contador A foi nomeado como perito do juízo em um processo de avaliação de empresa. O Balanço Patrimonial da Empresa Avalianda B revela a existência de ativo imobilizado consubstanciado em instalações industriais e hidráulicas, sendo necessário que o contador A utilize-se de especialista em outra área, que, no caso, se refere a um engenheiro civil. Acerca do que corresponde ao item 38 da NBC TP 01 a respeito da responsabilidade técnica pelo laudo pericial, assinale a opção **CORRETA**.**
- a) Quando a perícia exigir a necessidade de utilização de trabalho de terceiros (equipe de apoio, trabalho de especialistas ou profissionais de outras áreas de conhecimento), o planejamento deve prever a orientação e a supervisão do perito, que responderá pelos trabalhos executados, exclusivamente, por sua equipe de apoio, somente no que diz respeito à parte contábil.
 - b) Quando a perícia exigir a necessidade de utilização de trabalho de terceiros (equipe de apoio, trabalho de especialistas ou profissionais de outras áreas de conhecimento), o planejamento deve prever a orientação e a supervisão de ambos os peritos, que responderão pelos trabalhos executados, exclusivamente, por sua equipe de apoio.
 - c) Quando a perícia exigir a necessidade de utilização de trabalho de terceiros (equipe de apoio, trabalho de especialistas ou profissionais de outras áreas de conhecimento), o planejamento deve prever a orientação e a supervisão do perito, que responderá pelos trabalhos executados, exclusivamente, por sua equipe de apoio.
 - d) Quando a perícia exigir a necessidade de utilização de trabalho de terceiros (equipe de apoio, trabalho de especialistas ou profissionais de outras áreas de conhecimento), o planejamento deve prever a orientação e a supervisão do perito, que responderá pelos trabalhos executados, exclusivamente, por sua equipe de apoio, somente no que diz respeito à parte contábil, ficando a responsabilidade dividida em 80% para o contador e 20% para o engenheiro.
8. **No decurso do trabalho pericial, em havendo negativa de quaisquer das partes em atender à diligência requerida pelo perito do juízo, este deverá adotar providências visando à conclusão do laudo pericial, em obediência ao item 45 da NBC TP 01 – Perícia Contábil. Com relação às providências a serem adotadas pelo perito do juízo, assinale a opção **CORRETA**.**
- a) Caso ocorra a negativa da entrega dos elementos de prova formalmente requeridos, o perito do juízo deve considerar inconclusivo o laudo pericial narrando os fatos ao magistrado.
 - b) Caso ocorra a negativa da entrega dos elementos de prova formalmente requeridos, o perito deve se reportar diretamente a quem o nomeou, contratou ou indicou, narrando os fatos e solicitando as providências cabíveis.
 - c) Caso ocorra a negativa da entrega dos elementos de prova informalmente requeridos em diligência, o perito do juízo deve concluir e entregar o laudo pericial independente de receber, ou não, o resultado da diligência.
 - d) Caso ocorra a negativa da entrega dos elementos de prova formalmente requeridos, o perito deve elaborar um novo termo de diligência, concedendo um prazo de 45 dias, independente do prazo judicial a que está submetido.

9. O contador A nomeado para o encargo de perito do juízo, em uma ação de indenização pelo atraso no pagamento das faturas de uma obra pública, fez a leitura dos autos com a finalidade de identificar o objeto e os objetivos da prova pericial e assim manifestar-se sobre a aceitação do encargo. Neste caso, em conformidade com o Código Ética Profissional do Contador, no seu Art. 5º e NBC TP 01 – Perícia Contábil, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.
- I. O contador A não deve recusar sua indicação quando reconheça não se achar capacitado em face da especialização requerida, uma vez que pode subcontratar especialista para executar o trabalho em seu nome.
 - II. O contador A deverá abster-se de interpretações tendenciosas sobre a matéria que constitui objeto de perícia, mantendo absoluta independência moral e técnica na elaboração do respectivo laudo.
 - III. O contador A deverá abster-se de expender argumentos ou dar a conhecer sua convicção pessoal sobre critérios técnicos de valoração previstos em lei para aferição dos direitos de quaisquer das partes interessadas.
 - IV. O contador A deverá analisar com parcialidade o pensamento exposto nos pareceres dos assistentes das partes e aqueles emitidos por órgão de controle externo, uma vez que são peças fundamentais para formação da sua convicção do perito.
 - V. Quando a perícia exigir a necessidade de utilização de trabalho de terceiros (equipe de apoio, trabalho de especialistas ou profissionais de outras áreas de conhecimento), o planejamento deve prever a orientação e a supervisão do perito, que responderá pelos trabalhos executados, exclusivamente, por sua equipe de apoio.

Estão **CORRETOS** apenas os itens

- a) II e V.
- b) I, III e V.
- c) I, III e IV.
- d) II, III, IV e V.

10. O perito do juízo teve seus honorários fixados pelo magistrado, cujo ônus recaiu à parte autora. Na proposta de honorários periciais antes apresentada, o perito incluiu todas as despesas possíveis de serem previstas, a partir do estudo criterioso que fez nos documentos existentes nos Autos. Ao realizar o trabalho pericial, ficou constatada a necessidade de uma diligência com a finalidade de obter dados existentes em outra cidade. Para tanto, o perito necessitaria deslocar-se até dito local, ação que resultaria em despesas imprevistas inicialmente.

Acerca da adequada atitude do profissional, segundo a NBC PP 01 – Perito Contábil, assinale a opção CORRETA.

- a) O perito deve requerer ao juízo o pagamento das despesas não contempladas na proposta inicial.
- b) O perito deve solicitar o ressarcimento diretamente ao advogado da parte responsável pelo pagamento dos honorários, visando à celeridade processual, sem trânsito pelos Autos.
- c) O perito deve requerer ao juízo a desconsideração do plano de trabalho e da estimativa de valor dos honorários anteriormente deferidos e apresentar nova proposta e novo plano de trabalho.
- d) O perito deve, obrigatoriamente, realizar o trabalho, custeando, por sua conta, as despesas necessárias à realização da Diligência, eis que não as incluiu em sua proposta de honorários deferida.

11. Com base na NBC TP 01 – Perícia Contábil, indique apenas os itens que compõem a estrutura do Laudo Pericial e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Data de citação do réu e prazo para entrega do laudo.
- II. Síntese do objeto da perícia.
- III. Declaração sobre impedimento ou suspeição.
- IV. Relato das diligências realizadas.
- V. Transcrição dos quesitos e conclusão.

Estão **CORRETOS** apenas os itens

- a) II, III e V.
- b) III, IV e V.
- c) I, II e V.
- d) II, IV e V.

12. De acordo com a NBC TP 01 – Perícia Contábil, quando a perícia incluir a utilização de equipe técnica, o perito do juízo:

- a) não assumirá a responsabilidade do trabalho de sua equipe técnica, sendo ela assumida individualmente por cada um de seus membros.
- b) assumirá a responsabilidade da equipe de trabalho dos peritos-assistentes.
- c) assumirá a responsabilidade por todo o trabalho de sua equipe técnica.
- d) assumirá a responsabilidade pelo trabalho da equipe técnica dos peritos-assistentes, desde que seja formada por profissionais capacitados.

13. Como condição *sine qua non* para um perfeito exame pericial contábil, é imprescindível que o perito conheça com detalhamento a ITG 2000 (R1) - Escrituração Contábil, principalmente nos casos que envolvam análise de livros contábeis. Assim, ciente desta necessidade e na condição de aspirante a perito, julgue os itens a seguir como Verdadeiro (V) ou Falso (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA.**

- I. No Livro Diário devem ser lançadas, em ordem cronológica, com individualização, clareza e referência ao documento probante, todas as operações ocorridas, e quaisquer outros fatos que provoquem variações patrimoniais.
- II. Quando o Livro Diário e o Livro Razão forem gerados por processo que utilize fichas ou folhas soltas, deve ser adotado o registro “Balancetes Diários e Balanços”.
- III. No caso da entidade adotar processo eletrônico ou mecanizado para a sua escrituração contábil, os formulários de folhas soltas, devem ser numerados mecânica ou tipograficamente e encadernados em forma de livro.
- IV. Em caso de escrituração contábil em forma digital, não há necessidade de impressão e encadernação em forma de livro, porém o arquivo magnético autenticado pelo registro público competente deve ser mantido pela entidade.

A sequência **CORRETA** é

- a) V, V, V, V.
- b) V, F, F, V.
- c) V, V, V, F.
- d) F, F, F, F.

14. Em perícia contábil de natureza tributária é importantíssimo o exame da escrituração contábil, em especial os documentos de suporte. Para tanto, é imprescindível o conhecimento do que dispõe a ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil. Com base no que dispõe a citada norma, assinale a opção CORRETA.

- a) Documentação contábil é aquela que comprova os fatos que originam lançamentos na escrituração da entidade e compreende somente alguns documentos específicos, livros, papéis, registros e outras peças, de origem interna ou externa, que apoiam ou compoñham a escrituração.
- b) A documentação contábil é hábil quando revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil, excluídas aquelas aceitas pelos “usos e costumes”.
- c) Os documentos em papel podem ser digitalizados e armazenados em meio magnético, desde que assinados pelo responsável pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado, devendo ser submetidos ao registro público competente.
- d) Os documentos de suporte aos registros auxiliares não precisam ser armazenados, mesmo que sejam referências aos registros principais.

15. Em perícia de prestação de contas, o perito pode se deparar com situações que envolvam retificações de lançamentos contábeis. Assim, com base no que dispõe a ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil sobre a retificação de lançamento contábil, assinale a opção INCORRETA.

- a) Retificação de lançamento é o processo técnico de correção de registro realizado com erro na escrituração contábil da entidade e pode ser feito por meio de estorno, transferência, e complementação.
- b) Em qualquer das formas, o histórico do lançamento deve precisar o motivo da retificação, a data e a localização do lançamento de origem.
- c) Os lançamentos realizados fora da época devida devem consignar, nos seus históricos, as datas efetivas das ocorrências e a razão do registro extemporâneo.
- d) Retificação de lançamento é o processo técnico de correção de registro realizado com erro na escrituração contábil da entidade e pode ser feita por meio de estorno, transferência, complementação e ajuste de amarração.

16. O contador *M* foi nomeado para atuar na função de perito do juízo em uma Ação de Dissolução de Sociedades e, posteriormente, foi intimado para apresentar sua proposta de estimativa de honorários. De acordo com o item 34 da NBC PP01 – Perito Contábil, várias são as etapas de trabalho que devem ser consideradas pelo profissional para a elaboração da sua proposta de honorários. Com base nas informações, assinale a opção **INCORRETA relativa às etapas:**

- a) pesquisa documental e exame de livros contábeis, fiscais e societários.
- b) elaboração de planilhas de cálculo, quadros, gráficos, simulações e análises de resultados.
- c) elaboração de termos de diligências para arrecadação de provas e comunicações às partes, terceiros e peritos-assistentes.
- d) elaboração de esclarecimentos sobre o conteúdo do laudo pericial contábil, em atendimento à determinação do juiz.

17. À luz do item 13 da NBC PP 01, e do inciso I do Art. 144 do Código de Processo Civil – Lei n.º 13.105/2015, analise a seguinte situação:

O contador *A* atua no mercado de perícia realizando cálculos de liquidação de sentença trabalhista para reclamante, reclamado e como perito do juízo. Nos trabalhos que realiza como assistente técnico, ele não assina os seus pareceres, nem insere nas planilhas nada que possa identificar o seu registro profissional ou de sua organização contábil. Em uma reclamação trabalhista, houve uma divergência significativa de valores apresentados pelas partes - reclamante *C*: R\$1.250.000,00, calculado pelo contador *A* e reclamado *D*: R\$850.000,00, calculado pelo contador *B*. O magistrado nomeou como perito de sua confiança o contador *A* para apuração do cálculo definido na sentença, fixando o prazo de 30 dias para a entrega do laudo pericial.

Assinale a opção que apresenta a atitude a ser tomada pelo perito do juízo quando da ciência da sua nomeação na reclamação trabalhista.

- a) Aceitar o encargo tendo em vista que o trabalho realizado para uma das partes foi realizado dentro das técnicas contábeis e conformidade com os comandos sentenciais.
- b) Recusar o encargo alegando seu impedimento.
- c) Aceitar o encargo porque o parecer de cálculos de liquidação foi apócrifo.
- d) Recusar o encargo alegando sua suspeição.

18. A transparência e o respeito recíprocos entre o perito do juízo e os peritos-assistentes pressupõem tratamento impessoal, restringindo os trabalhos, exclusivamente, ao conteúdo técnico-científico. O contador A nomeado como perito do juízo, em uma ação de revisional financeira, deve atuar à luz dos critérios estabelecidos na NBC PP 01 – Perito Contábil. Com relação a esse assunto, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. O perito é responsável pelo trabalho de sua equipe técnica, a qual compreende os auxiliares para execução do trabalho complementar do laudo pericial contábil e/ou parecer técnico contábil.
- II. O perito deve conhecer as responsabilidades sociais, éticas, profissionais e legais às quais está sujeito no momento em que aceita o encargo para a execução de perícias contábeis judiciais e extrajudiciais, inclusive arbitral.
- III. O perito do juízo não precisará se declarar impedido para exercer suas atividades em um processo judicial em que já houver atuado como parecerista de uma das partes.

Estão CORRETOS os itens

- a) II e III, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I, II e III.

19. Em uma ação de cobrança de prestações vencidas em contrato de financiamento imobiliário, houve a necessidade de nomeação de perito para apuração do efetivo saldo devedor. Um contador, nomeado para o encargo de perito nos citados autos de cobrança, deve realizar seus trabalhos em conformidade com a NBC PP01 – Perito Contábil. Sobre a forma de realização dos trabalhos, assinale a opção CORRETA.

- a) O contador deve assumir a responsabilidade pessoal por todas as informações prestadas, quesitos respondidos, procedimentos adotados, diligências realizadas, valores apurados e conclusões apresentadas no laudo pericial contábil e no parecer técnico contábil.
- b) Na condição de perito, o contador deve prestar os esclarecimentos somente se entender conveniente.
- c) O contador não deve aceitar críticas ao seu laudo, negando-se a retificar os trabalhos realizados no caso de serem constatados equívocos ou erros.
- d) A realização de diligências, durante a elaboração do laudo pericial, para a busca de provas, quando necessária, não precisa ser comunicada às partes para ciência de seus assistentes.

20. Em 21 de março de 2016, o contador Z foi contratado pela indústria X para analisar sua escrituração contábil-fiscal e emitir parecer técnico acerca da existência de créditos decorrentes da incidência do PIS/COFINS sobre energia elétrica do seu parque fabril, a fim de subsidiar a tomada de decisão dos acionistas e avaliação jurídica quanto às medidas administrativas ou judiciais cabíveis. A comprovação de sua habilitação, neste caso, de acordo com a NBC TP 01 – Perícia Contábil, desde 27 de fevereiro de 2015, é por meio da apresentação de documento específico. Acerca desse assunto assinale a opção CORRETA.

- a) O contador Z anexou ao seu parecer técnico a Certidão de Regularidade Profissional emitida pelos Conselhos Regionais de Contabilidade.
- b) O contador Z apresentou minicurrículo inserto no seu parecer técnico, contendo o número de seu registro profissional e de inscrição no Cadastro Nacional de Peritos Contábeis (CNPIC), provando sua habilitação legal, dispensando a apresentação de documento específico.
- c) A indústria X deve exigir a apresentação da Declaração de Habilitação Profissional (DHP) emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade da jurisdição do contratado.
- d) O contador Z anexou ao seu parecer técnico um atestado de capacidade técnica emitido pelo Tribunal de Justiça do seu Estado.

21. O Art. 156 do Código de Processo Civil – Lei n.º 13.105/2015 determina que o juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico. Julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Os peritos serão nomeados entre os profissionais legalmente habilitados e os órgãos técnicos ou científicos devidamente inscritos em cadastro mantido pelo tribunal ao qual o juiz está vinculado.
- II. Para a formação do cadastro, os tribunais devem realizar consulta pública, por meio de divulgação na rede mundial de computadores ou em jornais de grande circulação, além de consulta direta a universidades, a conselhos de classe, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e à Ordem dos Advogados do Brasil, para indicação de profissionais ou de órgãos técnicos interessados.
- III. Fica facultada aos tribunais a realização de avaliações e reavaliações periódicas para manutenção do cadastro, considerando a formação profissional, a atualização do conhecimento e a experiência dos peritos interessados.
- IV. Para verificação de eventual impedimento ou motivo de suspeição, nos termos da lei, o órgão técnico ou científico nomeado para realização da perícia informará ao juiz os nomes e os dados de qualificação dos profissionais que participarão da atividade.

Estão CORRETOS os itens

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I, II e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

22. Com base no preceito legal do Art. 157 do Código do Processo Civil – Lei nº 13.105/2015 – o perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe designar o juiz, empregando toda a sua diligência, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo. Sobre este assunto, julgue os itens a seguir e assinale a opção CORRETA.

- I. O perito tem o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes.
- II. Se o perito não apresentar sua escusa no prazo hábil estipulado pela lei, da suspeição ou do impedimento, supervenientes, tal omissão poderá configurar renúncia ao direito a alegá-la.
- III. Será organizada lista de peritos na vara ou na secretaria, com disponibilização dos documentos exigidos para habilitação à consulta de interessados, para que a nomeação seja distribuída de modo equitativo, observadas a capacidade técnica e a área de conhecimento.

Estão CORRETOS os itens

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, II e III.
- d) I e II, apenas.

23. O Art. 600 do Código do Processo Civil – Lei n.º 13.105/2015 – elenca o rol de pessoas que podem propor uma ação de dissolução parcial de sociedade. Com base no Código de Processo Civil, assinale a opção INCORRETA.

- a) Pela sociedade, se os sócios sobreviventes não admitirem o ingresso do espólio ou dos sucessores do falecido na sociedade, quando esse direito decorrer do contrato social.
- b) Pelo espólio do sócio falecido, quando a totalidade dos sucessores não ingressar na sociedade.
- c) Pelos sucessores, antes de concluída a partilha sócio do falecido.
- d) Pelo sócio que exerceu o direito de retirada ou recesso, se não tiver sido providenciada pelos demais sócios a alteração contratual consensual formalizando o desligamento, depois de transcorridos 10 (dez) dias do exercício do direito.

24. O Novo Código de Processo Civil – Lei n.º 13.105/2015 – instituiu regras para a elaboração do laudo pericial, que estão definidas no art. 473 desse diploma legal. Desta forma, a estrutura do laudo pericial deve contemplar:

- a) sumário; síntese; conclusão; resposta conclusiva aos quesitos.
- b) introdução; síntese; metodologia; resposta aos quesitos e conclusão.
- c) elementos de acordo com a matéria técnica examinada.
- d) a exposição do objeto da perícia; a análise técnica ou científica realizada pelo perito; indicação do método utilizado; resposta conclusiva a todos os quesitos.

25. Com base na definição do Art. 606 do Código do Processo Civil – Lei nº 13.105/2015, em caso de omissão no contrato social do critério de apuração de haveres, o juiz determinará que:

- a) não compete ao juiz determinar critério de apuração de haveres.
- b) o valor do próprio patrimônio líquido, baseado nas demonstrações financeiras da empresa, ou seja, em seus números contábeis.
- c) o valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tomando-se por referência a data da resolução, sem considerar a avaliação dos bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, sendo somente o passivo apurado pelo valor presente.
- d) o valor patrimonial apurado em balanço de determinação, tomando-se por referência a data da resolução e avaliando-se bens e direitos do ativo, tangíveis e intangíveis, a preço de saída, além do passivo, também a ser apurado de igual forma.

26. Em ações judiciais sobre dissolução de sociedades, é comum a produção de prova pericial contábil. Desta forma, é necessário que o perito conheça o que preceitua o Art. 1.033 do Código Civil – Lei n.º 10.406/2002. Assim, sobre as situações que ensejam ocorrências de dissolução societária, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA.**

- I. O vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado.
- II. A deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado.
- III. A falta de pluralidade de sócios, não reconstruída no prazo de 210 dias.
- IV. A extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.

Estão **CORRETOS** apenas os itens

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.

27. Em ação judicial de apuração de haveres, o perito contábil se deparou com a existência de diversas atas de reuniões entre os sócios da empresa A. Sobre este ponto, disposto no Art. 1.071 do Código Civil – Lei nº 10.406/2002, no tocante às matérias que podem ser deliberadas pelos sócios, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato.
- II. A aprovação das contas da administração.
- III. A destituição dos administradores.
- IV. A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação.

Estão CORRETOS os itens

- a) I e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) I, II, III e IV.

28. Um empresário A está pensando em impetrar um pedido de Recuperação Judicial, mas está preocupado com a situação da escrituração contábil da sua empresa. Para dirimir suas dúvidas, contratou um perito para emitir um parecer prévio com o intuito de juntar com a petição inicial. Sobre este ponto, é necessário que o profissional contratado conheça as disposições do Art. 226 da Lei 10.406/2002. Sobre este assunto, assinale a opção CORRETA.

- a) Os livros e fichas dos empresários e sociedades provam contra as pessoas a que pertencem e, em seu favor, quando escriturados, independente de terem sido escriturados com vício extrínseco ou intrínseco.
- b) Os livros contábeis não servem para provar nada, nem em seu favor, nem contra o empresário.
- c) Os livros e fichas dos empresários e sociedades provam contra as pessoas a que pertencem, e, em seu favor, quando, escriturados sem vício extrínseco ou intrínseco, forem confirmados por outros subsídios.
- d) Os livros e fichas dos empresários e sociedades não provam em seu favor quando os atos e fatos forem devidamente documentados e escriturados.

29. Os sócios da empresa A estão discutindo entre si, nos autos de uma ação judicial de dissolução de sociedades, alguns aspectos relacionados a direitos e obrigações perante a empresa. No bojo da citada ação judicial, o magistrado determinou a realização de prova pericial, sendo que as partes optaram pela perícia consensual. O perito escolhido pelas partes foi instado a se manifestar sobre alguns aspectos fáticos com repercussão nos artigos 1001 a 1009 da Lei n.º 10.406/2002, que tratam dos direitos e obrigações dos sócios perante a sociedade. Assim, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA.**

- I. As obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, se este não fixar outra data, e terminam quando, liquidada a sociedade, se extinguirem as responsabilidades sociais.
- II. A distribuição de lucros ilícitos ou fictícios acarreta responsabilidade solidária dos administradores que a realizarem e dos sócios que os receberem, conhecendo ou devendo conhecer-lhes a ilegitimidade.
- III. É nula a estipulação contratual que exclua qualquer sócio de participar dos lucros e das perdas.

A sequência **CORRETA** é

- a) II e III, apenas.
- b) I, II e III.
- c) I e III, apenas.
- d) I e II, apenas.

30. A empresa W foi contratada pelo cliente Z, em 20X0, para prestar serviços de manutenção de ar condicionado durante o ano 20X1. De acordo com o contrato, o cliente Z pagou à empresa W o valor integral contratado no ato da assinatura do contrato. A área operacional da empresa W preparou uma planilha com as datas em que o serviço seria prestado durante o ano de 20X1 e encaminhou ao contador e ao gerente financeiro. O gerente financeiro também enviou ao contador o documento de crédito em conta do valor do contrato pago pelo cliente Z. Ao receber a referida planilha e o documento de crédito, o contador reconheceu a receita, porém o gerente financeiro divergiu do reconhecimento feito pelo contador. Para dirimir divergência levantada pelo gerente financeiro e a preocupação da empresa W com a adequada mensuração do resultado, um perito contábil foi contratado para emitir um parecer técnico contábil orientando como o valor do contrato deveria ser reconhecido. De acordo com o que disciplina o item 16 da NBC TG 47-Receita, analise os itens I a IV e em seguida assinale a opção **CORRETA que deve corresponder à orientação do Perito Contábil.**

- I. O valor contratado deve ser reconhecido na receita no momento da assinatura do contrato.
- II. O valor recebido deve ser reconhecido na receita no momento do recebimento do crédito.
- III. O valor recebido deve ser reconhecido a crédito do passivo.
- IV. O valor recebido deve ser reconhecido na receita quando da prestação do serviço.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns)

- a) I.
- b) II.
- c) III e IV.
- d) I e III.

31. Em contrato de fornecimento de bens na modalidade de compra e venda a prazo, a empresa *J* compôs seu preço da seguinte forma: (a) custo de produção R\$10.000,00; (b) custo de comercialização e lucro R\$3.000,00; (c) tributo indireto R\$1.500,00; e (d) total recebido do cliente R\$14.500,00. Na demonstração do resultado da empresa *J*, o valor da receita foi divulgado pelo valor de R\$14.500,00. Uma agência de crédito informou à empresa *J* que, de acordo com o item 47 da NBC TG 47- Receita de Contrato Com Cliente, o valor divulgado da receita não está correto porque não corresponde ao preço da transação. Perplexa, a empresa *J* contratou de imediato um perito contábil para emitir um parecer técnico contábil, orientando qual o preço da transação que deveria ser divulgado na sua demonstração do resultado.

De acordo com o enunciado assinale a opção que apresenta a orientação do perito contábil certificada no parecer técnico contábil.

- a) A divulgação correta deve ser a do valor de R\$14.500,00.
- b) A divulgação correta deve ser a do valor de R\$10.000,00.
- c) A divulgação correta deve ser a do valor de R\$11.500,00.
- d) A divulgação correta deve ser a do valor de R\$13.000,00.

32. A empresa *P* tinha a prática de divulgar como receita na demonstração do resultado o valor total da venda recebido do cliente. Em um seminário sobre a NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, o facilitador, que era perito contábil, orientou que, no reconhecimento do valor da venda recebido pela empresa *P*, deveria segregar o valor de terceiros que não compõe o valor da transação, de acordo com o item 47 da referida NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente. Depois do seminário, a empresa *P* contratou o perito contábil para elaborar um parecer contábil com o modelo para determinar o valor total de venda do produto, partindo do seu preço da transação, considerando que a alíquota média do tributo indireto que incide sobre seus produtos é 15%.

De acordo com o enunciado, assinale a opção que apresenta o modelo que partindo do preço de transação resulta no valor da venda.

- a) Preço da transação dividido por 0,85.
- b) Preço da transação dividido por 1,15.
- c) Preço da transação multiplicado por 15%.
- d) Preço da transação multiplicado por 1,15.

33. Um litígio entre a empresa *D* e um de seus sócios orbita em torno do valor da receita divulgada na demonstração do resultado pelo valor total da venda. O contador argumenta que a demonstração do resultado deve evidenciar o valor total da venda registrado na coluna base de cálculo do livro fiscal de saídas de mercadorias. Em função desse litígio, um perito contábil foi contratado para orientar como conciliar os valores registrados para finalidades fiscais e os evidenciados como receita para fins de divulgação, em obediência ao que disciplina o item 112A da NBC TG 47- Receita de Contrato com Cliente. O valor da prestação contratada é de R\$100.000,00 e o valor do tributo indireto recebido pela empresa *D* que compõe o preço de venda é de R\$22.000,00, totalizando R\$122.000,00.

De acordo com o enunciado, assinale a opção que corresponde à orientação certificada pelo perito contábil no parecer técnico contábil.

- a) Nos registros contábeis da empresa *D*, o valor da transação e o valor do tributo indireto devem ser reconhecidos em contas distintas.
- b) Na demonstração do resultado da empresa *D*, deve ser divulgado o total da venda de R\$122.000,00.
- c) Na demonstração do resultado da empresa *D*, deve ser divulgado o valor da prestação por ser valor da receita que pertence à empresa.
- d) As opções “a” e “c” estão corretas.

34. A empresa *K* foi contratada pela empresa *X* para fornecer bens duráveis em uma transação de compra e venda por preço fixo e irrevogável. A formação do preço de venda inclui o custo de produção do bem mais tributo indireto. A empresa *K*, com ações negociadas na bolsa de valores, contratou um *expert* para elaborar um parecer contábil, identificando o preço da transação nessa operação. O *expert*, que tem formação e experiência em Contabilidade, sustentou seu parecer no item 47 da NBC TG 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Com base no enunciado, assinale a opção que apresenta o que deve estar certificado no parecer do *expert*.

- a) O preço da transação é o valor total do contrato.
- b) O preço da transação é o valor total que a empresa *K* recebeu da empresa *X*.
- c) O preço da transação não inclui o valor do tributo indireto.
- d) As opções “a” e “c” estão corretas.

35. A empresa A pretende capacitar seu contador para exercer a atividade de perito-assistente. Para iniciar esse trabalho, a empresa A propôs um teste teórico para avaliar o nível de conhecimento do profissional a respeito de termos técnicos. Neste contexto, considere-se como sendo o contador da empresa A, agindo à luz do item 5 da NBC TG 32, e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- a) *Tributo corrente* é o valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às diferenças temporárias tributáveis.
- b) *Tributo corrente* é o valor do tributo devido (recuperável) sobre o lucro tributável (prejuízo fiscal) do período.
- c) *Passivo fiscal diferido* é o valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às adições permanentes.
- d) *Passivo fiscal diferido* é o valor do tributo sobre o lucro devido em período futuro relacionado às exclusões permanentes.

36. O diretor financeiro da empresa A examinou os cálculos do imposto de renda da pessoa jurídica (empresa B) referente ao exercício de 2017. No exame não se sentiu confortável para avaliar a base fiscal do ativo e do passivo. Em função de sua insegurança, sugeriu que a empresa contratasse um perito contábil para elucidar o conceito de base fiscal declarado pelo item 5 da NBC TG 32. Com base no que apresenta o conteúdo do referido item 5 da NBC TG 32, assinale a opção CORRETA.

- a) a *Base fiscal* é a diferença temporária que resulta em valores que são dedutíveis para determinar o lucro tributável.
- b) a *Base fiscal* é a diferença temporária que resulta em valores que são tributáveis para determinar o lucro tributável.
- c) a *Base fiscal* de ativo ou passivo é o valor atribuído àquele ativo ou passivo para fins fiscais.
- d) a *Base fiscal* é a compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

37. Na preparação da base de cálculo do imposto de renda da empresa *K*, o contador *Y* apurou o valor do lucro tributável e o valor das diferenças temporais ativas e passivas utilizando os dados demonstrados a seguir:

- a) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido R\$5.000,00.
- b) receita de dividendos de participação avaliada pelo método da equivalência patrimonial (MEP) R\$2.000,00.
- c) estimativa de desembolso para pagamento de reclamação trabalhista R\$1.000,00.
- d) lucro com tributação diferida pelo regime de caixa por seis meses R\$3.000,00.

O advogado tributarista da empresa *K* discorda dos valores apresentados pelo contador *Y*. Para dirimir as dúvidas, um perito contador foi contratado para apresentar os valores correspondentes às diferenças temporais.

De acordo com o item 5 da NBC TG 32 (*Tributos sobre o Lucro*), julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. O valor da diferença temporal tributável é R\$5.000,00.
- II. O valor da diferença temporal dedutível é R\$1.000,00.
- III. A diferença entre os valores das diferenças temporais tributável e dedutível é R\$2.000,00.
- IV. O valor da diferença temporal tributável é R\$2.000,00.
- V. O valor da diferença temporal dedutível é R\$3.000,00.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns)

- a) II.
- b) II e V.
- c) II e III.
- d) V.

38. A empresa G, da qual o contador Y é o responsável técnico pela Contabilidade, apresentou lucro tributável, na modalidade de lucro real, no exercício de 20X1 valor de R\$-100.000,00. Procedendo de acordo com o item 13 da NBC TG 32-Tributos sobre o lucro, o contador Y reconheceu o tributo direto com alíquota de 35% (IRPJ+CSLL), mas o diretor financeiro não concordou com o impacto desse tributo no balanço patrimonial da empresa G. Por conta dessa discordância, o perito contábil Z foi contratado para apresentar um relatório orientando qual deve ser o impacto no balanço patrimonial da empresa G em decorrência do referido reconhecimento.

Com base no enunciado assinale a opção que apresenta **CORRETAMENTE** a orientação do perito contábil Z consignada no relatório.

- a) O lucro tributável é negativo, portanto não há nenhum tributo sobre o lucro a ser reconhecido.
- b) O reconhecimento do tributo sobre o lucro tributável deve aumentar somente o passivo no valor de R\$35.000,00.
- c) O reconhecimento do tributo sobre o lucro tributável deve impactar somente o ativo no valor de R\$35.000,00.
- d) O reconhecimento do tributo sobre o lucro tributável deve aumentar simultaneamente, o ativo e patrimônio líquido no valor de R\$35.000,00.

39. No exercício findo em 31/12/20X1, a empresa H, tributada pelo lucro real, apresentou lucro tributável positivo no valor de R\$100.000,00 e provisão constituída no mesmo exercício, para assistência técnica, no valor de R\$50.000,00. O tributo incidente sobre as transações é de 35%. O contador da empresa efetuou o cálculo do tributo e o reconheceu adequadamente na contabilidade, considerando elevada a probabilidade de manutenção de lucros positivos. Mas um dos sócios, que também é tributarista, discorda da forma do reconhecimento feito pelo contador. Diante da divergência, o presidente da empresa contratou o perito contábil K para produzir um parecer técnico contábil indicando o impacto correto do reconhecimento do tributo.

Com base no enunciado e em atendimento aos itens 12 e 24 da NBC TG 32-Tributos sobre o lucro, assinale a opção que apresenta **CORRETAMENTE** a orientação do perito contábil.

- a) O ativo é aumentado de R\$17.500,00 e o passivo é aumentado de R\$35.000,00.
- b) Somente o passivo é aumentado de R\$35.000,00.
- c) Não há registro a ser feito no ativo porque o imposto de renda é obrigação e, não, direito.
- d) O ativo e o passivo, ambos, são aumentados somente em R\$17.500,00.

40. O Contador A foi nomeado como perito do juízo em uma prova técnica simplificada para emitir uma opinião sobre provisão constituída pela empresa B que litiga com um sócio sobre a razoabilidade do valor recebido a título de dividendos. O principal motivo do litígio é porque o sócio entende que a provisão reduziu a base de cálculo dos dividendos pagos pela empresa B e argumenta que uma provisão não é uma obrigação e, por isso, não deve reduzir os lucros. A prova pericial deve estar sustentada nas diretrizes da NBC TG 25 (R1), com suas alterações, devendo o perito esclarecer sobre o conceito de passivo, conforme disposto no item 10 da NBC TG 25 (R2).

Com base neste enunciado examine as proposições I a V abaixo e, em seguida, assinale a única alternativa que deve corresponder adequadamente à resposta do perito do juízo:

- I. *Provisão* é um passivo de prazo ou de valor incertos.
- II. *Provisão* é um passivo com prazo e valor de desembolso certos e definidos.
- III. *Passivo* é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.
- IV. *Passivo* é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos, mas somente se for decorrente de lei.
- V. *Provisão* por definição, por si só, é um passivo contingente e como tal deve ser reconhecida nas demonstrações contábeis independente de quaisquer outras formalidades.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns)

- a) V.
- b) IV.
- c) I e III.
- d) I, II e V.

41. O contador *A* foi contratado como perito-assistente pela empresa *B* para fundamentar o valor de um passivo não financeiro que servirá de sustentação para uma inicial em um processo judicial. A empresa *B* é revendedora de máquinas pesadas. O passivo está definido nos termos do item 10 e deve ser mensurado nos termos do item 39, ambos, da NBC TG 25 (R2). Essa obrigação ocorrerá com uma probabilidade de 35% para um valor de R\$1.000.000,00; com uma probabilidade de 45% para um valor de R\$2.000.000,00; e com uma probabilidade de 20% para um valor de R\$5.000.000,00. O passivo não financeiro se refere a uma garantia pós-venda da empresa para manutenção dos equipamentos, que, em virtude de suas práticas passadas, criou uma expectativa válida para seus clientes de que cumprirá com as responsabilidades da manutenção.

Com base neste enunciado, assinale a opção que corresponde ao valor esperado calculado pelo contador *A*.

- a) O passivo não financeiro é fundamentado como uma obrigação legal no valor de R\$1.000.000,00.
- b) O passivo não financeiro é fundamentado como uma obrigação construtiva no valor de R\$2.250.000,00.
- c) O passivo não financeiro é fundamentado como uma obrigação legal no valor de R\$5.000.000,00.
- d) O passivo não financeiro é fundamentado como uma obrigação construtiva no valor de R\$2.000.000,00.

42. A empresa *A* tem por política reconhecer, em suas posições contábeis, o valor das obrigações a serem pagas em meses subsequentes. Uma discussão semântica entre o contador e o diretor financeiro sobre algumas terminologias resultou na contratação de um perito contador para dirimir as dúvidas dos dois. Os fatos a serem reconhecidos são os valores da folha de pagamento e dos encargos sociais para pagamento no mês seguinte. O contador declarou nas notas explicativas que referidos fatos se referem à provisão. O diretor financeiro discordou e declarou que os fatos são *accruals*.

Com base no enunciado, assinale a opção que deve corresponder à afirmação do perito contador.

- a) A terminologia a ser utilizada é *accruals* para os valores da folha de pagamento e *provisão* para os valores dos encargos sociais.
- b) A terminologia a ser utilizada é *provisão* para os valores da folha de pagamento e *accruals* para os valores dos encargos sociais.
- c) Para todos os valores a terminologia utilizada é *provisão*.
- d) Para todos os valores a terminologia utilizada é *accruals*.

43. O perito do juízo foi nomeado nos autos de um processo judicial que trata de apuração de haveres de sócio dissidente. Durante os seus exames periciais, constatou que a conta de provisões para garantia de itens vendidos da empresa apresentou créditos de R\$1,2 milhões no período examinado.

Prosseguindo as análises, constatou que a empresa A vende produto com um ano de garantia. No exercício em análise, a receita de vendas revelou 400.000 itens vendidos e que o custo para conserto de cada item é de R\$15 para pequenos defeitos e R\$25 para grandes defeitos.

Ainda, prosseguindo às análises, constatou que as estatísticas anteriores revelaram que 85% dos produtos não tiveram defeitos; 10% dos produtos tiveram pequenos defeitos e apenas 5% dos produtos tiveram grandes defeitos.

Com base nos dados apresentados, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. A análise realizada pelo perito indicou que as provisões estavam dimensionadas adequadamente.
- II. O valor do provisionamento indicado pelo perito foi de R\$1,1 milhão.
- III. Considerando que o lucro líquido apurado pela empresa no período examinado foi de R\$3 milhões, o impacto da alteração efetuada pela perícia nos lucros corrigidos representou um incremento de R\$100 mil.
- IV. Considerando a correção realizada pela perícia na análise da conta de provisionamento e que o PL da empresa no exercício anterior ao do fato gerador da provisão era de R\$6,5 milhões, o valor do Patrimônio Líquido da empresa no exercício examinado foi de R\$9,6 milhões.

A sequência CORRETA é

- a) F, V, V, V.
- b) V, V, V, F.
- c) F, V, F, F.
- d) F, F, F, V.

44. A empresa A explora a produção de petróleo por meio de uma plataforma no mar. O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) previa a remoção da plataforma ao final de sua vida útil, e uma provisão para esta finalidade já foi constituída no início da operação por R\$9,6 milhões. A empresa A recebeu uma oferta para vender os direitos de uso do ativo por R\$24 milhões, com custo de comercialização de R\$1,2 milhão. O valor de venda já contemplava o custo para removê-la ao final. O valor em uso da plataforma foi estimado por uma consultoria contratada pela empresa A em R\$31,2 milhões, ignorando os custos de remoção (premissas da consultoria). Já o valor contábil da plataforma era de R\$33,6 milhões no exercício encerrado. No exercício seguinte, a empresa A vendeu a plataforma pela oferta de R\$24 milhões ao grupo B.

Após o fechamento do negócio, o Conselho Fiscal da empresa A identificou algumas peculiaridades no negócio fechado pela Diretoria Executiva, com o aval do Conselho de Administração. Em ato contínuo, lastreado nas disposições estatutárias, o Conselho Fiscal contratou perito contábil para analisar a operação e emitir parecer acerca dos valores envolvidos, respondendo aos quesitos propostos.

Com base nos dados apresentados, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. Inicialmente, o valor recuperável que a perícia encontrou registrado na contabilidade da empresa A foi de R\$22,8 milhões.
- II. Antes de eventuais ajustes realizados pela perícia, o valor contábil registrado pela empresa A no final do exercício foi de R\$24 milhões.
- III. Considerando que a perícia apurou um valor em uso de R\$46 milhões, após rever as premissas da consultoria e utilizando-as de forma consistente pela empresa A ao longo de outros investimentos compatíveis, o valor contábil apurado pela perícia foi de R\$24 milhões.

A sequência **CORRETA** é

- a) V, V, V.
- b) V, F, V.
- c) F, V, F.
- d) F, F, F.

45. O contador A que se prepara para prestar o Exame de Qualificação Técnica para o cadastro de perito contábil, participou de uma discussão no curso preparatório que fez com essa finalidade. A discussão se referia aos conceitos de unidade geradora de caixa e ativos corporativos constantes do item 6 da NBC TG 01. Com base no enunciado, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Unidade geradora de caixa é qualquer ativo identificável que gera entradas de caixa, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.
- II. Ativos corporativos são ativos, exceto ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), que contribuem, mesmo que indiretamente, para os fluxos de caixa futuros tanto da unidade geradora de caixa sob revisão quanto de outras unidades geradoras de caixa.
- III. Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.
- IV. Ativos corporativos são ativos, inclusive ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), que contribuem, mesmo que indiretamente, para os fluxos de caixa futuros tanto da unidade geradora de caixa sob revisão quanto de outras unidades geradoras de caixa.

Está(ão) CORRETO(S) apenas o(s) item(ns)

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) II.

46. O contador A, que frequenta um curso preparatório para o Exame de Qualificação em Perícia Contábil, deparou-se com uma discussão relativa aos conceitos de *Valor justo líquido de despesa de venda* e *Valor recuperável demonstrados* no item 6 da NBC TG 01. Com base nesse item 6 da NBC TG 01, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção **CORRETA.**

- I. Valor justo líquido de despesa de venda é o montante a ser obtido pela venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa em transações em bases permutativas, entre partes interessadas, menos as despesas estimadas de venda.
- II. Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor esperado líquido de despesa de venda e o seu valor de mercado.
- III. Valor recuperável é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.
- IV. Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.
- V. Valor justo líquido de despesa de venda é o montante a ser obtido pela venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa em transações em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda.

Está(ão) **CORRETO(S)** apenas o(s) item(ns)

- a) IV.
- b) I.
- c) II e IV.
- d) IV e V.

47. O contador A participa de uma mesa de discussão sobre a melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda de um ativo. Entre os participantes encontram-se alunos, professores e profissionais de mercado. Cada um dos participantes descreve o conceito apresentado pelo item 25 da NBC TG 01. Entre os conceitos a seguir apresentados, assinale a opção que corresponde ao conceito citado no item 25 da NBC TG 01.

- a) A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda de um ativo são as projeções de saídas de caixa necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo em bases comutativas.
- b) A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda de um ativo é o preço de contrato de venda firme em transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas adicionais que seriam diretamente atribuíveis à venda do ativo.
- c) A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda de um ativo é a estimativa dos fluxos de caixa futuros que a entidade espera obter com esse ativo.
- d) A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda de um ativo é o cálculo mais recente do valor recuperável, quando a probabilidade de que a determinação do valor recuperável corrente seja menor do que o valor contábil do ativo.

48. Em 01/01/20XX, a Cia A adquiriu 90% das ações dos controladores por \$140 milhões e 20% das ações dos não controladores da Cia B. Conforme laudo de consultoria independente, a participação dos não controladores foi calculada em 20% dos ativos TOTAIS líquidos adquiridos. Ratificado pela Cia B, a Cia A mensura os ativos identificáveis adquiridos por \$300 milhões e os passivos assumidos por \$100 milhões. Insatisfeitos, os não controladores da Cia B ingressaram com ação judicial, contestando os critérios de avaliação e os valores da operação. Em sede de perícia judicial, o juiz do feito deferiu a realização de perícia e o perito do juízo apresentou as constatações expostas nos itens a seguir. Com base nas informações, julgue os itens abaixo como Verdadeiros (V) ou Falsos (F) e, em seguida, assinale a opção **CORRETA**.

- I. O valor atribuído ao negócio pelas partes foi de \$180 milhões.
- II. O valor justo dos ativos negociados entre as partes foi de \$300 milhões.
- III. O valor justo dos ativos líquidos negociados entre as partes foi de \$200 milhões.
- IV. O valor do *goodwill* presente no negócio e registrado na Cia A \$10 milhões.

A sequência **CORRETA** é

- a) V, V, V, F.
- b) V, V, V, V.
- c) F, V, F, V.
- d) F, F, F, F.

49. Em 01/01/20XX, a Cia A adquiriu 80% das ações dos controladores por R\$140 milhões e 20% das ações dos não controladores da Cia B por R\$40 milhões.

Ratificado pela Cia B, a Cia A mensura os ativos identificáveis adquiridos por R\$300 milhões e os passivos assumidos por R\$100 milhões. Insatisfeitos, os não controladores da Cia B ingressaram com ação judicial contestando os critérios de avaliação e os valores da operação. Em sede de perícia judicial, o juiz do feito deferiu que o perito nomeado avaliasse a operação. Em seus exames, a perícia avaliou a participação dos não controladores em R\$50 milhões, considerando premissas e critérios de mercado, e ainda identificou um passivo não registrado na Cia B no valor R\$20 milhões.

Assim, com base nos exames periciais, o impacto gerado no valor da operação foi de:

- a) redução de R\$10 milhões no ganho por compra vantajosa na Cia A.
- b) redução de R\$10 milhões no *goodwill* registrado na Cia A.
- c) aumento de R\$10 milhões no ganho por compra vantajosa na Cia A.
- d) registro na Cia A de R\$10 milhões de *goodwill* pago, com estorno do ganho por compra vantajosa de R\$20 milhões.

50. Conforme o Art. 1069 do Código Civil – Lei n.º 10.406/2002, além de outras atribuições determinadas na lei ou no contrato social, aos membros do Conselho Fiscal, incumbem, individual ou conjuntamente, alguns deveres. Dentre estas obrigações, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I. Examinar, pelo menos semestralmente, os livros e papéis da sociedade e o estado da caixa e da carteira, devendo os administradores ou liquidantes prestar-lhes as informações solicitadas.
- II. Lavrar no livro de atas e pareceres de conselho fiscal o resultado dos exames realizados sobre livros e papéis da sociedade e o estado da caixa e da carteira.
- III. Exarar no mesmo livro e apresentar à assembleia anual dos sócios parecer sobre os negócios e as operações sociais do exercício em que servirem, tomando por base o balanço patrimonial e o de resultado econômico.
- IV. Convocar a assembleia dos sócios se a diretoria retardar por mais de quarenta e cinco dias a sua convocação anual, ou sempre que ocorram motivos graves e urgentes.

Está(ão) CORRETO(S) apenas o(s) item(ns)

- a) II e III.
- b) IV.
- c) I e IV.
- d) I, II e III.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

Texto para questões dissertativas.

O Estado X litiga com a empresa Z em uma ação de reparação de danos ambientais. O Estado X autuou a empresa Z pela poluição do Rio do Tempo (RT), devastação da fauna aquática e intoxicação de animais. O processo tramita na Vara de Crimes Ambientais do Estado X. O Estado X reclama uma indenização de R\$15 milhões e a suspensão da licença ambiental por 10 anos, que é o tempo estimado para recuperação do RT. A empresa Z se defende, alegando que o acidente ocorreu porque o Estado X não cumpriu a cláusula do contrato de parceria que previa a disponibilização da infraestrutura financiada pelos recursos repassados pela empresa Z para o Estado X. A empresa Z contesta a ação e requer a produção de prova pericial para comprovar que aportou na data aprazada os recursos exigidos pelo Estado X no montante que lhe cabia para fazer a infraestrutura e, mesmo assim, o Estado X não o fez. Na primeira audiência de conciliação, o juiz da causa propôs um acordo em que o Estado X encerraria o processo e a empresa Z aportaria novos recursos para a construção da infraestrutura. O Estado X, concordou mas a empresa Z recusou, restando infrutífera a tentativa de conciliação apresentada pelo magistrado. Sustenta a empresa Z que sua situação patrimonial na data da audiência, representada nas demonstrações financeiras, registra um capital próprio de R\$1 milhão e um ativo total de R\$2 milhões. E, que, nos últimos 10 anos o lucro gerado anualmente, em média, é de R\$ 200 mil. Diante disso, o processo foi concluso para a instrução e julgamento. Um mês depois, o juiz da causa deferiu a prova pericial, nomeou o perito contábil e concedeu prazo para que as partes apresentassem quesitos e indicassem seus assistentes técnicos. Cumprida essa formalidade, a perícia foi realizada e o perito do juízo apresentou tempestivamente o laudo pericial com as respostas dadas aos quesitos como segue: Resposta ao quesito “a” - a empresa Z aportou recursos da ordem de R\$1,5 milhão para o Estado X para construção da infraestrutura; Resposta ao quesito “b” - o Estado X não apresentou prestação de contas e nem construiu a infraestrutura; Resposta ao quesito “c” - a empresa Z, por três vezes, notificou o Estado X do risco de acidente ambiental por falta da infraestrutura e não obteve resposta do Estado X.

- 51. Elabore os quesitos que permitam as respostas ofertadas pelo perito do juízo no laudo pericial indicadas no texto.**
- 52. Considerando os dados apresentados no texto, elabore uma análise financeira sobre o impacto do total da condenação pleiteada pelo Estado X na continuidade da empresa Z.**

RASCUNHO DO GABARITO
ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D		A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

